

NOSSO “PÁLIDO PONTO AZUL” PRECISA DE PAZ

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 13 de junho de 2025

"Estudo revela que 2024 foi o ano com maior número de conflitos armados das últimas oito décadas/Em 2024, o mundo vivenciou o maior número de conflitos armados desde 1946, superando 2023, que já era um ano recorde, de acordo com um estudo norueguês publicado nesta quarta-feira (11), que destaca os riscos globais associados ao desengajamento americano" (fonte: rfi.fr).

A notícia transcrita acima contrasta drasticamente com a busca pela paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos. Esses são propósitos expressamente inscritos na Carta das Nações Unidas e em inúmeras constituições ao redor do mundo, inclusive na brasileira de 1988.

Não é preciso mais do que meio neurônio para concluir que a plenitude da aventura da vida, em todas as suas dimensões mais saudáveis e construtivas, exige um ambiente pacífico. Na ausência de agressões, todas as energias podem ser direcionadas ao crescimento intelectual e moral, ao trabalho produtivo, ao lazer, às atividades culturais e esportivas, ao desenvolvimento das diversas formas de afetividade e sociabilidade, entre outras esferas essenciais.

Os conflitos, especialmente quando degeneram para o uso da força e da violência em larga escala, seja em níveis locais, regionais, nacionais ou internacionais, alimentam o que há de pior na experiência humana: medos, traumas psicológicos, destruições físicas, dores, sofrimentos, ódios e mortes.

Parece fora de qualquer dúvida razoável que o nível de evolução de uma pessoa, de um coletivo, de uma instituição, de um país ou mesmo da humanidade pode ser medido pela “quantidade” de paz vivenciada. Quanto mais pacífico o ambiente, mais dedicado ao que há de melhor no ser humano ele estará. Lamentavelmente, a humanidade ainda demonstra transitar por um patamar muito baixo de progresso, segundo esse critério.

O mais recente episódio desse triste panorama ocorreu no dia 12 de junho de 2025, com o ataque das Forças Armadas de Israel ao Irã. Trata-se de mais um espetáculo bélico de agressão, destruição, sofrimento, dor e morte. Uma ação que, além de claramente violar normas do Direito Internacional, cria enorme tensão internacional e carrega um imenso potencial de gerar uma perigosíssima espiral de violências, como já demonstrado pelo ataque de mísseis do Irã contra Israel no dia seguinte, 13 de junho de 2025.

Esse registro não representa qualquer simpatia pelo governo iraniano. Apenas uma grande dose de ingenuidade, ou de raciocínio movido por certos interesses políticos, pode enxergar no regime de Teerã um instrumento voltado à promoção das melhores relações humanas. Arrisco afirmar que os propósitos que movem os governantes israelenses são tão nocivos quanto os que animam os dirigentes iranianos. Eles são, na verdade, as faces de uma mesma moeda. A moeda do desprezo, cada um à sua maneira, pela dignidade da vida humana.

A manutenção, por décadas, desse cenário global marcado por tanta beligerância exige uma reflexão profunda sobre a ineficácia dos mecanismos existentes para garantir a paz e a segurança em todas as suas dimensões. A responsabilidade por reverter essa triste tendência recai sobre a opinião pública, tanto nacional quanto internacional. É imperativo que cidadãos conscientes e consequentes, nos quatro cantos do mundo, exerçam sua influência e pressão para a constituição de governos que demonstrem um compromisso inabalável com a democracia, os direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a paz duradoura.

Somente por meio de vigilância permanente e participação social ativa, conformando líderes que priorizem o diálogo e a cooperação em vez do conflito e da agressão, será viável construir um futuro em que a humanidade possa avançar efetivamente. A busca por um ambiente global pacífico e justo não é uma utopia, mas uma necessidade urgente para a sobrevivência e a evolução da espécie humana no nosso "Pálido Ponto Azul".

